

Alimentação é Direito!

FORTALECIMENTO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADAS EM PORTUGAL

Boletim
Edição 5
2020

Emergências em saúde, alimentação e vulnerabilidade

A crise gerada pela pandemia covid-19 está a aumentar a vulnerabilidade à insegurança alimentar e a aprofundar as desigualdades sociais!

A crise sanitária está a gerar retrocessos de décadas no percurso de erradicação da fome e da pobreza e acrescenta novos e complexos desafios à saúde alimentar de tod@s. A magnitude da situação exige intervenções de fundo na criação de quadros legais, institucionais e de

políticas públicas sob uma estratégia integrada, intersectorial e baseada numa abordagem de direitos humanos. A mobilização e participação da sociedade civil, e sobretudo os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar, são parte indispensável neste processo.

Estas são algumas das principais conclusões do terceiro intercâmbio internacional da iniciativa *conversas@mesa*.

“A sociedade civil tem insistido numa compreensão sistémica da nutrição, de a repensar como um espaço crítico de coerência política entre saúde, alimentação e meios de subsistência. Como é que as Diretrizes para Nutrição e Sistemas Alimentares, em discussão no Comité Mundial de Segurança Alimentar, podem contribuir para uma alimentação adequada nos países?” – Joana Dias, ACTUAR

Os sistemas alimentares e a nutrição têm estado separados na investigação, na intervenção e nas discussões multilaterais globais. Porém, as consequências do sistema alimentar globalizado e os seus impactos na saúde forçaram uma aproximação. A urgência desta compreensão é ilustrada pelos efeitos da atual crise sanitária no Brasil e em Portugal.

No Brasil, a pandemia encontra um tecido social fragilizado e cujo quadro institucional e de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) – referência a nível mundial – tem vindo a ser desmantelado. Onde milhões de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza que garantiam a

sua subsistência através do trabalho informal ficaram completamente desprotegidas e adensam os números da fome severa, a mobilização social para a criação ou adaptação de medidas emergenciais tem sido crucial.

Em Portugal, só no último mês chegaram cerca de 55 mil pedidos à rede de emergência alimentar, aumentaram abruptamente os pedidos de apoio às equipas no terreno e o POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas) vai alargar o número de famílias abrangidas.

Além das pessoas que já beneficiavam de apoios, surgem novos perfis (pequenos empresários, desempregados, pessoas em lay-off ou sem vínculos contratuais, migrantes em situação irregular), incluindo também as que não pedem ajuda mas que estão em efetiva situação de insegurança alimentar.

“Estas medidas reduzem as pessoas ao seu estômago», não permitem uma soberania na escolha”, afirma a representante da EAPN Portugal, referindo que não existe uma política estratégica vocacionada para pessoas em situação de vulnerabilidade.

“OBESIDADE E MÁ NUTRIÇÃO SÃO UMA AGENDA ÚNICA COM DIFERENTES FACES (...) E VEMOS QUE GRANDES TRANSACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO NÃO SAUDÁVEL APROVEITAM MUITO ESTE MOMENTO PARA FAZER CAMPANHAS MEDIÁTICAS PODEROSÍSSIMAS PARA MANTER A SUA IMAGEM DE COLABORADORAS NESTA CRISE (...) A ALIMENTAÇÃO TAMBÉM É A EXPRESSÃO DE TODA A ECONOMIA MUNDIAL!”

ELISABETTA RECINE

Sem esgotar outras possibilidades, são prioridades a integrar nesta estratégia alimentar: articulação com estratégia

“É FUNDAMENTAL OPERACIONALIZAR A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, GARANTINDO A SUA INTERSETORIALIDADE [E] REFORÇANDO A NECESSIDADE DO ENVOLVIMENTO DE TODOS OS ATORES”

JOANA SOUSA

de erradicação da pobreza e intervenção sobre as desigualdades sociais – além da assistência alimentar, intervir sobre os rendimentos para promover a aquisição ou produção de alimentos; a garantia de condições de acesso aos cuidados de saúde e combate às doenças devidas à alimentação desadequada (doenças crónicas como diabetes; obesidade; entre outras) salvaguardar o ambiente; evitar o desperdício; diferenciar abastecimento do consumo público a partir da Agricultura Familiar; assumir a soberania alimentar como princípio fundamental estratégico. Mais do que uma coabitação de setores a “trabalhar nos seus gabinetes”, entre barreiras burocráticas, tal estratégia deve ser implementada através de políticas públicas verdadeiramente intersetoriais, formuladas, coordenadas, implementadas, monitoradas e avaliadas no seio de espaços de governança com a participação efetiva dos vários atores relevantes, como é o caso dos exemplos relatados de conselhos de alimentação ou SAN locais e nacionais.

Esta estratégia nacional necessita de articulação com o nível dos territórios locais e a experiência portuguesa ilustra bem essa necessidade. Por um lado, verifica-se a coexistência de medidas de política governamental (cantinas, refeitórios escolares, POAPMC) que procuram seguir critérios de qualidade nutricional; e as iniciativas mais locais e espontâneas, mais ágeis a responder e focadas em fornecer um acesso alimentar imediato, mas onde aquelas preocupações de qualidade ficam, em geral, em segundo plano.

“NOS TERRITÓRIOS ONDE EXISTE UMA EXPERIÊNCIA SEMELHANTE A ESTES CONSELHOS [ALIMENTARES], CLARAMENTE, MARCA A DIFERENÇA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (...) É UMA SOLUÇÃO PRÁTICA”

ANA VIZINHO

Contudo, quando acontece, a sobreposição destas respostas está a permitir o acesso à maior diversidade e quantidade de alimentos para as famílias.

Por outro lado, as macropolíticas apresentam limitações, cuja superação depende do retorno dos próprios territórios que as implementam, e tais medidas devem fomentar a própria vitalidade dos territórios (p.e., compras públicas de alimentos maioritariamente importados e de grandes empresas, alienando a comercialização e a produção local).

De acordo com a representante da Ordem dos Nutricionistas, uma aposta no abastecimento de base local ou regional dos refeitórios públicos não compromete de forma alguma a qualidade e segurança da alimentação, implicando: parcerias entre organizações para harmonizar oferta e procura; adequação aos hábitos e preferências da população; salvaguardar os princípios da dieta mediterrânica; garantir variedade alimentar.

As relações de proximidade são essenciais e as autarquias têm aqui um papel basilar. Dentro da esfera de ação local,

conseguem criar maior espaço para a autodeterminação das pessoas sobre a sua alimentação através de cabazes “à medida” e da atribuição de cartões eletrónicos e vales de compras, garantindo também um maior anonimato que permite colmatar constrangimentos de exposição social.

“É exigível que se saliente a necessidade de autodeterminação das pessoas sobre a sua alimentação. É essencial que a sociedade civil tenha a sua voz (...) tem que influenciar a determinação das políticas públicas”. – Humberto Vitorino (médico), REALIMENTAR / Saúde em Português
As organizações da sociedade civil têm tido um papel forte e maioritário na garantia do auxílio às populações desfavorecidas. Em alturas de urgência, há um impulso grande para responder de imediato. Num momento em que governos estão a ponderar medidas, é preciso dar visibilidade ao que é necessário fazer a curto prazo e, sobretudo, a longo-prazo. Outras organizações e redes de retaguarda podem e devem apoiar para influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, medidas e programas concretos, através da sua tomada de posição junto dos legisladores e decisores políticos.

A sociedade civil enfrenta inúmeros desafios para garantir a sua articulação e incidência política. Não obstante, e independentemente dos retrocessos que possam acontecer, foi partilhado o apelo à tenacidade e persistência dos cidadãos e organizações da sociedade em fortalecer e ampliar a sua representatividade e em manter a interlocução e diálogo entre as diversas iniciativas e movimentos para a construção de soluções.



Comentários e questões dos participantes

“Qual o modelo do Conselho Nacional e dos conselhos municipais de segurança alimentar no Brasil? Os grupos vulneráveis e produtores de alimentos participam nos processos de discussão, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas? Qual a importância desta participação?”

“O atual POAPMC garante resposta adequada às necessidades reais das famílias? Em que medida as compras públicas feitas no âmbito do POAPMC, por exemplo, podem ter um potencial de investimento nas economias locais através da criação de emprego e de investimento na produção alimentar local?”

“No contexto dos países europeus tem-se considerado que a fome e a insegurança alimentar não são problemas domésticos (...) atualmente os países do Norte são forçados a olhar este tema pela pressão que os problemas de saúde devidos à alimentação inadequada estão a colocar sobre os sistemas de saúde”.

“Em Cabo Verde, como um país insular, de clima tropical seco, com uma produção agrícola insignificante, onde a alimentação é baseada nas medidas de políticas de importação de alimentos, a desigualdade e vulnerabilidade social é evidente. O que pensam da aplicabilidade de uma política ou

economia social como forma de combater as desigualdades e vulnerabilidades sociais?”

“Se as compras de alimentos para refeitórios passarem a ser feitas a partir maioritariamente da produção local, que mudanças isso trará para as próprias organizações na confeção, visto passarem a usar produtos mais sazonais e variedades locais?”

“Como vêm a criação de alianças e que outros passos podem as organizações da sociedade civil dar?”

Saiba mais sobre esta série de webinars em www.actuar-acd.org

Sobre as oradoras do intercâmbio



ELISABETTA RECINE

docente e coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília. Ex-Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. Membro do Painel de Alto Nível de Especialistas da FAO para Nutrição e Sistemas Alimentares.



JOANA SOUSA

Doutorada em Saúde Pública (ramo de nutrição) e Professora Auxiliar na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Laboratório de Nutrição) desde 2017. Vogal da Direção da Ordem dos Nutricionistas desde 2012 e secretária da direção da Associação Portuguesa de Dietistas entre 2006 e 2012.

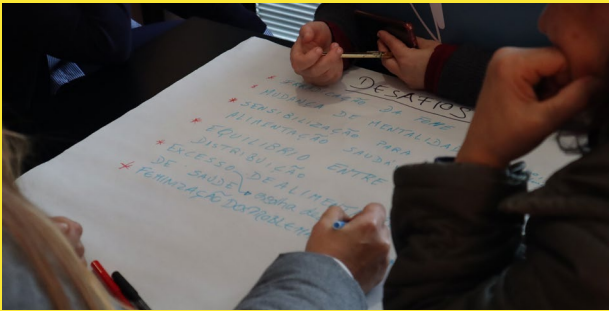


ANA VIZINHO

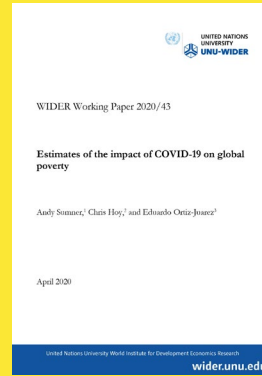
Técnica responsável pelo Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN – Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza). Tem acompanhado a implementação do POAPMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas. É dinamizadora de um grupo de trabalho sobre apoio alimentar constituído por organizações não governamentais do Distrito de Setúbal.

Sugestões de leitura / materiais:

Desde a sua criação em 2012, a **REALIMENTAR - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional** tem vindo a alertar para a urgência de um quadro legal, institucional, orçamental e de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em Portugal. Numa Carta Aberta recente, a REALIMENTAR exige que o Conselho Nacional seja ativado para intervir em crises alimentares e colmatar problemas da alimentação em Portugal. Leia a Carta [aqui](#).



O estudo “Estimativas do impacto do COVID-19 sobre a pobreza” divulgado pelo **Instituto Mundial da Universidade das Nações Unidas para Pesquisa em Economia do Desenvolvimento**, alerta que a pandemia COVID-19 irá aumentar os números globais de insegurança alimentar colocando mais 520 milhões de pessoas (8% da população mundial) a viver abaixo do limiar de pobreza. Conheça o estudo [aqui](#).



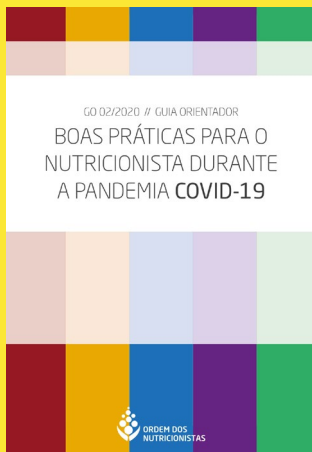
Sabia que estão a ser formuladas as **Diretrizes sobre Nutrição e Sistemas Alimentares**? Na qualidade de membro do Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas (CSM) do CFS, a ACTUAR participou na consulta regional da Europa realizada em Budapeste de 2019. Saiba mais sobre este processo [aqui](#). As versões e o plano de trabalho do processo de convergência de políticas estão disponíveis no website do MSC [aqui](#).



A **EAPN Europa** emitiu um parecer sobre a pandemia COVID-19 e apresenta propostas de ação urgente de proteção social e para capacitar os sistemas de saúde para dar resposta a esta situação de crise. Avança ainda com sugestões para políticas e iniciativas estruturais e de longo prazo. Saiba mais [aqui](#).



A **Ordem dos Nutricionistas** lançou o Guia Orientador “Boas práticas para o nutricionista durante a pandemia COVID-19” para auxiliar a tomada de decisão do nutricionista durante a pandemia COVID-19 no contexto da restauração coletiva, por exemplo, nas instituições de acolhimento e apoio social. Conheça mais [aqui](#).



O Relatório *Nutrition and food systems (2017)* do **Painel de Alto Nível de Peritos de Segurança Alimentar e Nutrição** refere que “os atuais sistemas alimentares têm efeitos dramáticos na saúde humana e planetária” e apela a que “a ação não pode esperar, policy-makers e outros atores terão de tomar decisões viáveis mas ousadas”. Leia mais [aqui](#).